

# Estratégias utilizadas pelo Instituto Mises Brasil para defender a propriedade privada e o livre mercado: interpretações do socialismo e do libertarianismo (2008-2009)

*Juan Filipi Garcês*

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis - Santa Catarina - Brasil  
juangarcês\_hst@outlook.com

---

**Resumo:** Nosso artigo tem como objetivo apresentar como o Instituto Mises Brasil realizou interpretações conceituais com o intuito de defender o livre mercado e a propriedade privada. Utilizamos como exemplos dois conceitos: socialismo e libertarianismo. Faremos uma breve exposição do trabalho na introdução, apresentaremos algumas características da História Digital e História Imediata e depois explicaremos como funciona a estratégia do Instituto Mises Brasil de propagação de ideias, como esse procedimento mostra uma atuação transnacional, quais parceiros estão ligados ao Instituto Mises Brasil e as interpretações praticadas acerca dos dois termos. Como conclusão, observamos que o conceito de socialismo foi associado a políticas estatais e sempre pelo viés econômico, desconsiderando outras concepções. No caso do libertarianismo, ele foi interpretado como uma ideologia que pregava o direito à liberdade individual e à propriedade privada, rejeitando a interpretação feita por grupos libertários de esquerda, como o anarquismo. Essas interpretações foram utilizadas para fortalecer a ideologia propagada pelo Instituto: defesa da propriedade Privada e do livre mercado.

**Palavras-chave:** Socialismo. Libertarianismo. Propriedade Privada. Livre Mercado.

---

## Introdução

Diante do crescimento de grupos que trabalham na construção de revisionismos históricos e conceituais, torna-se necessário entender os métodos e os procedimentos utilizados por eles para propagar ideais que, dentro de um ambiente acadêmico, já estão bem consolidadas. Por que existem esse confronto? Podemos tratá-los como meras interpretações ou apenas como uma forma de pensamento baseada em outras vertentes?

Meios midiáticos digitais, audiovisuais e impressos sempre veiculam suas notícias baseadas em determinadas ideologias e pensamentos teóricos, isso não é algo novo em nenhum estudo sério acerca do tema. Por isso, é de suma importância esclarecer que nenhuma delas é neutra, por mais que se identifique como tal, pois os responsáveis pelas matérias e pelas revistas possuem opiniões e sempre as transparecem sobre o assunto em questão, mesmo quando tentam não fazer (MELO, 2006).

Como identificar em quais vertentes elas se alinham? Como o pesquisador deve analisá-las? Essas perguntas são complexas e estão longe de terem um consenso. Para respondê-las, precisamos ter em mente quais serão as perguntas e o nosso objetivo com a pesquisa. Também é fundamental analisar o público do meio midiático em questão, qual a sua relação com o mercado, o seu alcance ao público, os colaboradores e os seus financiadores. As estratégias para obter essas respostas são variadas, dependendo de diversos fatores: do que se trata esse meio midiático? É um site, uma revista, um jornal televisivo ou um vídeo hospedado em uma plataforma digital?

O objeto da nossa análise é um meio midiático digital: Instituto Mises Brasil. Durante a pesquisa ficou claro que o Instituto é um site que busca atuação na sociedade, com base em uma prática conhecida como *think tank*<sup>1</sup> (embora ele evite ser denominado dessa maneira). O objetivo dele visa disseminar principalmente estudos econômicos que promovam os princípios do livre mercado e do que eles denominam como “sociedade livre”.

Ao divulgarem suas teorias como verdadeira ciência por estarem sempre pautados nos princípios econômicos (tratado por eles como exemplo de análise racional), de maneira intencional deslegitimam qualquer pensamento distinto. Nota-se que o site veicula constantemente, entre outras, propagandas consideradas contrárias ao socialismo, em muitos casos sem defini-lo com exatidão. Da mesma forma, advogam pelo conceito de libertarianismo, fugindo por completo da definição utilizada pelos socialistas libertários e anarquistas.

Em meio a isso, o artigo tem como objetivo analisar as interpretações realizadas pelo Instituto acerca desses dois conceitos: socialismo e libertarianismo. No caso do primeiro, ele é tratado como uma defesa da presença do Estado de maneira abusiva e que atrapalha a atuação de uma sociedade de livre mercado. No entanto, ele não é citado somente nesse espectro. Qualquer ação realizada por órgãos estatais é considerada por eles como políticas socialistas. Dessa forma, socialismo e fascismo são considerados próximos ideologicamente dentro da lógica aplicada pelo site. Mesmo que em algumas matérias apresentem uma tentativa de debate acerca de pensadores alinhados à esquerda (que normalmente beira mais a depreciação do que a discussão de ideias), o significado do termo fica nebuloso.

---

<sup>1</sup>Alguns grupos identificados no espectro da direita política que atuam baseado nessa prática: Estudantes pela Liberdade, Instituto Millenium, Instituto Liberal e Instituto Liberal de São Paulo. Analisaremos esse conceito no tópico seguinte.

Já o segundo conceito é utilizado para definir uma ideologia que defende uma sociedade sem a presença do Estado, assim como os anarquistas localizados no espectro político da esquerda. Porém, no caso do Instituto, também é utilizado para advogar uma sociedade com propriedades privadas atuando em prol do livre-mercado, ou seja, o conceito foi apropriado para se adequar ao posicionamento do site. Isso fez com que o libertarianismo tornasse, na atualidade, um campo disputado tanto pela esquerda anarquista quanto pelos liberais<sup>2</sup>.

Esses conceitos parecem sofrer interpretações variadas. Como entender essa prática? Inicialmente faremos alguns apontamentos sobre a História Digital e a História Imediata, para depois adentrar nas análises das interpretações e na contextualização do Instituto Mises Brasil. A escolha do recorte temporal (2008-2009) deve-se ao fato de que foi nesse período que esses discursos apareceram com mais força, principalmente porque eram os primeiros anos da presença do site em mídias digitais.

### **História Digital, História Imediata e fontes na/da internet: alguns apontamentos**

O Instituto Mises é uma organização que atua em diversas partes do mundo. Por isso, para entender os seus métodos, devemos considerar que as suas redes estão instaladas para além do território brasileiro, ou seja, uma direita que atua para além do Estado-Nação e do território nacional, formando grupos de treinamentos para operarem como propagadores de suas ideias políticas em outras partes do mundo.

E como relacionar os estudos de mídias digitais com essa questão? Quais os benefícios e os problemas ao utilizar uma fonte digital? Na tradição acadêmica, o uso da internet ainda é subestimado, já que ela sempre baseou sua metodologia por meio de um suporte documental específico – o papel – que continham os “documentos oficiais”: atos

---

<sup>2</sup> De acordo com Norberto Bobbio (2001), a divisão entre direita e esquerda vai além do aspecto ideológico que os termos propõem. Eles perpassam por aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais. Norberto Bobbio defende que, enquanto os políticos de Esquerda buscam políticas e ações que visem a igualdade social, a Direita afirma que a desigualdade é benéfica para a sociedade, pois dessa maneira ela promove a incessante luta pelo seu melhoramento - o autor ressalta que a Direita não defende isso por más intenções. Para o autor, aspectos como “Extremismo” vs “Moderado” e “Libertário” vs “Autoritário” são definidos por outros aspectos. Dessa maneira, de acordo com o autor, tanto um governo de Direita quanto um governo de Esquerda podem apresentar tais características. Rui Tavares (2016, p. 52), dialogando com as ideias de Norberto Bobbio, expõe algumas questões que poderiam auxiliar na definição desses diferentes polos: enquanto a Direita acredita que os humanos são mais desiguais do que iguais, sendo que poucas ou quase nenhuma dessas formas poderiam ser alteradas; a Esquerda acredita na maior igualdade entre os seres humanos, já que as desigualdades foram socialmente construídas. O autor lembra, no entanto, que isso é uma visão geral que ajuda a nortear o debate, e não uma definição pura e simples.

governamentais, institucionais, etc. No entanto, é inquestionável que a internet está bastante presente na sociedade, em diversos segmentos e nas mais variadas classificações, principalmente para entender uma pesquisa que visa um entendimento mais global.

Apesar de não ter uma data definida, existe um consenso, de acordo com George Zeidan Araújo, de que sua criação data de 1969, mas somente em 1992, com a criação do World Web Site (www) e da HTTPS, foi permitido o envio de códigos criptografados que possibilitava o surgimento de conteúdo específico (ARAÚJO, 2014, p. 153). Em meio a isso, dificilmente um profissional na área de ciências humanas deve desconsiderar a importância e a sua presença na vida pública e privada na atualidade. De acordo com George Zeidan Araújo, ela está presente em todas as atividades que têm alguma relação com o ensino, pesquisa e extensão, entre eles:

Preenchimento online dos diários de classe; comunicação entre docentes e discentes via e-mail; busca de referências bibliográficas; uso de textos de periódicos acadêmicos (alguns deles de existência exclusivamente virtual); comprovação de plágios; escrita e leitura em dispositivos eletrônicos, etc. (ARAÚJO, 2014, p. 153).

A História Digital ainda apresenta algumas imprevisibilidades, justamente por ser uma metodologia muito recente de análise. Além disso, a História Digital é um procedimento muito amplo, visto que existem diversos conteúdos de diferentes naturezas. Analisar uma notícia publicada em um meio de comunicação é diferente de analisar um fórum, que é diferente de analisar uma postagem em alguma rede social, ou mesmo em um e-mail. É inegável que a internet trouxe novas possibilidades de pesquisas, bem como nova possibilidade de fontes, mas também apresentou outros problemas e a necessidade da construção de uma pluralidade de procedimentos.

Assim como as fontes escritas e materiais, as fontes digitais correm o risco de serem perdidas pelo pesquisador caso não se tome algumas precauções. Não há garantia, por exemplo, que a fonte digital que você está analisando (pode ser um site, fórum, *podcast*) não seja deletada da internet, podendo causar muitos problemas. Existem alguns sites que criam banco de dados, dando a possibilidade de recuperar algumas publicações, como a *Wayback Machine*.

De acordo com Fábio Chang de Almeida, as fontes digitais estão divididas em fontes primárias e fontes não primárias. Os documentos digitais primários podem ser os digitalizados, documentos que existem em outro suporte, mas foram transferidos para o meio digital (pôster de filmes que sofreram digitalização, por exemplo) e os exclusivos,

aqueles que não existem em outro suporte, além do digital (sites de internet). As fontes digitais não primárias seriam qualquer documento que de alguma forma foi disponibilizada para consulta digitalmente ou para download, no entanto, não se configura como um objeto de estudo propriamente dito, mas como suporte para a pesquisa. Podemos citar os livros, teses e dissertações, papers, artigos em formato digital, etc. (ALMEIDA, 2011, p. 20).

Ao mesmo tempo em que elas possuem a vantagem de ter um acervo imenso, com diversas possibilidades e soluções para construir problemáticas de pesquisa, este também pode ser considerado uma desvantagem. Como filtrar as informações relevantes das não relevantes? Por isso, é necessário elaborar critérios que facilitem o levantamento das fontes, variando de acordo com a problemática e as perguntas de cada pesquisa. No caso dos Instituto Mises Brasil, muitas matérias que apresentavam os dois conceitos mostravam uma interpretação parecida, não sendo necessário citar todas nesse trabalho. Selecionamos aquelas que deixavam o posicionamento acerca dos conceitos de maneira clara.

Importante frisar que, por trabalharmos com História Digital, nossa fonte e problemática está localizada em um “passado próximo”, inserindo-se assim no que denominamos de História Imediata. A principal característica dessa maneira de se fazer História é ter o historiador como testemunho direto dos acontecimentos analisados. De acordo com Angélica Müller, uma história com recorte temporal mais próximo mostra as relações dos acontecimentos estudados com o posicionamento do historiador, tornando-a essencialmente política (MÜLLER, 2014, p. 83). Mas qual a relevância do historiador quando este analisa os acontecimentos mais recentes, já que jornalistas, por exemplo, são os principais a ocupar esse campo?

Muitos argumentam que a distância temporal seria um fator imprescindível para o saber historiográfico, pois somente esse afastamento possibilitaria ter uma visão maior dos acontecimentos e dos contextos que circulam o objeto de análise, ou seja, tornaria possível uma noção de causa e consequência com maior facilidade, enquanto a História Imediata ainda aguardaria o seu epílogo.

Daniel Marcílio não considera essa falta de conclusão uma desvantagem: “talvez o historiador, ao refletir sobre as mudanças históricas, trabalhe melhor quando considera o curso da história de forma independente do resultado dos acontecimentos” (MARCÍLIO, 2013, p. 55). Além disso, o trabalho jornalístico tem o objetivo de noticiar um acontecimento, seguindo os pressupostos de sua própria área de conhecimento. O

historiador do imediato precisa ir além: é fundamental entender os interesses políticos e sociais do objeto de análise. A História Imediata não perde o seu rigor analítico e metodológico por estar em um passado recente, ou mesmo por ter o historiador como testemunho direto dos acontecimentos.

Buscamos ao longo do trabalho realizar um trabalho em que o teor analítico prevaleça sobre o opinativo, mas sabemos, por uma questão que é inerente à História Imediata, que em determinados momentos nosso posicionamento se mostrará presente. Estamos condicionados, como sujeitos do nosso tempo, a nos posicionarmos de acordo com o lugar, contextos e as relações sociais e políticas na qual estamos inseridos. Muitas vezes essas escolhas podem parecer inconscientes, em outras elas aparecem com mais clareza, mas sempre partem das nossas relações com o mundo porque somos sujeitos sociais. Por isso, deixamos claro que o nosso posicionamento, independente do teor, sempre será reforçado com base nas fontes e da bibliografia, pois, “aquele que escreve a história imediata [...] nunca ignora o rigor científico. Mas ele é igualmente ator, está em relação direta com o seu tema” (CHAUVEAU; TÉTART, 1999, p. 25).

O próximo tópico foi dedicado à uma análise das matérias do Instituto Mises Brasil e como eles interpretaram os conceitos socialismo e libertarianismo. Da mesma forma, foi exposto também a atuação de grupos parceiros ao Instituto e como eles atuam em nível transnacional, entendendo que a atuação do site perpassa por contextos que vão além do território nacional. Quando procuradas essas palavras na barra de pesquisa disponibilizada pelo site, apareceu uma página e meia de notícias para o primeiro termo relativos aos anos de 2008-2009; e uma página para o segundo. Também procuramos pelos termos “socialistas” e “libertário”, pois também apresentam o significado desses conceitos, mostrando o mesmo número de páginas dos anteriores.

### **Interpretações conceituais acerca do socialismo e do libertarianismo**

Instituto Mises Brasil é um site fundado em 2007 que visa propagar e divulgar estudos com o objetivo de advogar os princípios do que eles denominam como liberalismo econômico. Tem como principal fundador Hélio Coutinho Beltrão, que também é considerado fundador do Instituto Millenium, com sede no Rio de Janeiro, cujo propósito é mesmo que o Instituto Mises. Beltrão, já em 1981, defendia o que ele chamava como “o esforço do homem livre exercendo o pleno exercício da liberdade” (ALEXANDRE, 2017, p. 30).

Embora o nosso foco de análise não esteja relacionado ao *Instituto Millenium*, é interessante a conexão entre esses dois *think tank* por intermédio do seu criador, por meio de instituições que buscam o mesmo objetivo. Outro fator curioso é o fato do Instituto Mises, pelo menos no período analisado, não se denominar como um *think tank* tradicional. Em um texto publicado em 2008 pelo site (publicado originalmente em 2007 no *Mises Institute*) afirma que o site tinha esse propósito:

Observem que essa instituição não era para ser um think tank, no tradicional significado do termo. Think tanks são um produto da era dos partidos políticos, funcionando como um latrinário para políticos sem mandato e um depósito de esquemas que asseguram poder aos partidários. Nesse modelo, que começou na Alemanha e foi aperfeiçoado na Inglaterra, o think tank era um aliado particular do estado, sempre pronto para aplaudir seus líderes — ou ser a oposição leal, dependendo do momento (ROCKWELL, 2008, [s/p.]).

No entanto, qual é a definição de *think tank*? A definição está longe de apresentar um consenso, mas é comumente conhecida como organizações que têm o objetivo de propagar e difundir conhecimentos sobre determinados assuntos. Não iremos apresentar uma discussão detalhada acerca do seu significado, mas é importante ao menos expor em que direção estamos seguindo. Para além do seu significado, “deve se pensar que o que caracteriza um TT é sua localização na estrutura social, suas relações de identidade e diferenciação com seus pares e o hibridismo próprio de tais instituições, e não uma classificação a priori” (MORAES, 2013, p 10). De acordo com Katia Baggio (2016, p. 01):

Think tank – expressão que pode ser traduzida por “centro de pensamento” — é um termo criado nos Estados Unidos e utilizado, a partir da década de 1950, para designar organizações que se dedicam a produzir e/ou difundir pesquisas, ideias e projetos de políticas públicas (política econômica, política externa, políticas sociais, ambientais etc.), com o objetivo de influenciar governos e/ou conformar uma certa opinião pública. Em geral, buscam transmitir uma imagem técnica, tentando afastar-se de uma identificação estritamente ideológica, mesmo que claramente defendam determinadas concepções política e ideologicamente orientadas.

Diante disso, poderíamos considerar o Instituto Mises Brasil como um *think tank*? Devemos ter em mente que o Instituto Mises Brasil é apenas uma ramificação de outros institutos. Oficialmente, o *Mises Institute* tem sua sede principal nos Estados Unidos, e os institutos presentes em outros países não têm necessariamente vínculos formais entre si. Porém, durante nossas observações, foi comum notar que algumas notícias originalmente publicadas no site estadunidense foram traduzidas para o site brasileiro. Por isso, o Instituto Mises Brasil apresenta ligações com o *Mises Institute*, mesmo que de maneira indireta.

Dessa forma, é um equívoco tratar esse fenômeno com um recorte meramente nacional, afinal, estamos falando de um instituto que apresenta sedes em diversas partes do mundo. Em todos eles, a intenção é a mesma: propagar os ideais da propriedade privada e do livre mercado. Nesse sentido, a sua influência vai além de um cenário local, por isso, para entender as intenções do site e suas influências de pensamentos, devemos compreender esse contexto dentro de um fenômeno transnacional.

A *Mises Institute* possui uma ligação com a *Atlas Network*, uma fundação criada por Anthony Fischer<sup>3</sup> com o objetivo fomentar, financeira e intelectualmente, “entidades que tem como princípio a defesa de políticas públicas voltadas para o mercado” (ATLAS, 2020, [s/p.]). Se observarmos o site e clicarmos na opção *partners*, é possível verificar a representação do mapa terrestre com o número de instituições em cada continente, tendo 99 somente na América Latina e no Caribe. Ao fazer uma busca mais detalhada pelos parceiros no Brasil, aparecerá uma lista imensa, com o Instituto Mises Brasil nela.

Além disso, essa organização apresenta um grupo de treinamento com o intuito de disseminar as políticas de livre mercado. De acordo com a descrição do próprio site:

A Atlas Leadership Academy (ALA) oferece uma série robusta de oportunidades de treinamentos baseadas em crédito que permitem a você aprimorar suas habilidades em gestão, comunicação e captação de recursos enquanto constrói sua organização de mercado livre. Nosso catálogo flexível de cursos permite que você pratique o que está aprendendo à medida que aprende, com oportunidades que vão desde cursos on-line e workshops presenciais até relacionamentos de tutorias individuais (ATLAS, 2020, [s/p.]).<sup>4</sup>

Entre os países da América Latina que apresentam grupos treinados pela Atlas estão: Argentina, Brasil, Chile, Peru, Costa Rica, México, Bolívia, Uruguai, Venezuela, Guatemala, Equador, El Salvador, República Dominicana, Bahamas, Colômbia, Honduras, Jamaica, Panamá e Paraguai (BAGGIO, 2016, p. 03).

A organização também possui parceiros financiados, mesmo que de maneira discreta, pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos e pela *National Endowment*

---

<sup>3</sup> Empresário britânico defensor das políticas caracterizadas como neoliberais, entre elas, o Livre-Mercado e a Propriedade Privada. Mudou-se para os Estados Unidos na década de 1970 depois de passar alguns anos no Canadá. Também foi criador do *think-tank Fraser Institute* e também o *Institute of Economic Affairs (IEA)*.

<sup>4</sup> Atlas Leadership Academy (ALA) provides a robust series of credit-based training opportunities that allow you to sharpen your skills in management, communications, and fundraising while building your free-market organization. Our flexible course catalog allows you to practice what you are learning as you learn it, with opportunities ranging from online courses and in-person workshops to one-on-one mentoring relationships.

*of Democracy* ou NED (Fundação Nacional pela Democracia)<sup>5</sup> (FANG, 2017, [s/p.]). Além de promover políticas baseadas no livre mercado e na propriedade privada, a Atlas também se empenha para criar um clima de descontentamento com as políticas que eles denominam como socialistas, sendo assim, seus treinamentos também temo intuito de treinar ativistas para essa função. Em 1998, a *CEDICE Libertad* – uma organização venezuelana afiliada à Atlas – recebeu apoio da NED para ajudar na mudança de governo. Dessa forma, a organização apoiou fortemente a destituição de Hugo Chávez. As estratégias se baseavam em: “1) Fortalecer as instituições democráticas; 2) penetrar na base política de Chávez; 3) dividir o chavismo; 4) proteger negócios vitais para os EUA; e 5) isolar Chávez internacionalmente” (FANG, 2017, [s/p.]).

Ou seja, o contexto de criação do Instituto Mises vai além de recortes locais. É um procedimento transnacional. Também consideramos o Instituto Mises Brasil como um *think tank*, pois o mesmo visa propagar e difundir ideias atreladas à propriedade privada e ao livre-mercado. E quais as estratégias utilizadas pelo site para legitimar suas ideias?

Com um viés economicista, o IMB defende o que eles chamam de anarcocapitalismo. De acordo com essa perspectiva, *o IMB e seus membros apregoam a adoção de um “livre mercado” sem interferências do Estado, defendendo também uma ordenação social sem Estado, onde o mercado seria o único regulador das relações sociais* (DAL PAI, 2018, p. 61).

No entanto, diferentes de outros *Think Tanks*, o IMB não é um grupo com ação prática na sociedade, ou seja, com um engajamento mais concreto. Descrito por Raphael Dal Pai (2018, p. 69) como um idealismo utópico purista, o Instituto Mises Brasil atua no campo teórico, e essa falta de engajamento fortalece a ideia de que ela possa ser considerada pelo grupo como “incontestada”, já que ela não pode ser colocada à prova sem uma busca pela sua efetivação, o que não parece contraditório para o grupo, visto que eles negam a vitalidade do empirismo:

Questão evidenciada pelo próprio IMB ao elencar a busca por *restaurar o crucial papel da teoria, tanto nas ciências econômicas quanto nas ciências sociais, em contraposição ao empirismo*, como um de seus principais objetivos; pelo uso da praxeologia de Ludwig von Mises como método científico e o conceito de “ação humana”, também desenvolvido pelo mesmo; por fim cabe

---

<sup>5</sup> Lançada no início dos anos 1980 com o intuito de, em suas palavras, levar a democracia para o mundo. A Fundação defende em seu próprio site que esses esforços seriam bons tanto para os Estados Unidos quanto para aqueles que lutam pela liberdade (LOWE, [s.d.]). Ao longo do texto, percebe-se que a liberdade se referia aos discursos neoliberais relacionadas à Propriedade Privada, Livre-Mercado e pouco governo.

destacar a falta de evidências concretas para a sustentação de inúmeras afirmações feitas pelos intelectuais do IMB [...], que por vezes acabam possuindo uma tônica a-histórica (DAL PAI, 2018, p. 73).

Importante ressaltar que, ao afirmarmos que o Instituto Mises Brasil não apresenta nenhuma estratégia para sua efetivação na prática, não pretendemos com isso levantar a ideia de que a atuação intelectual por parte do grupo seja irrelevante no que fiz respeito ao impacto que ela possa ter na sociedade. Sendo assim, analisamos os artigos porque acreditamos no impacto que o trabalho intelectual pode ter na sociedade, reproduzindo interpretações e apresentando modelos para ela, quais sejam, o avanço de políticas baseada no livre mercado e da propriedade privado, apropriando-se do pensamento da Escola Austríaca (DAL PAI, 2017, p. 43).

Algumas vezes o site apresenta texto de autores brasileiros, no entanto, em 2008-2009, a grande maioria das notícias foram escritas por autores estrangeiros, principalmente de alguns economistas considerados pelo grupo como suas principais influências - Ludwig von Mises (autor que dá o título ao site) e Murray Rothbard. Ambos são grandes expoentes do que se denomina Escola Austríaca Economia, e sua linha de pensamento é guiado pelas ideias de livre mercado, propriedade privada e liberdade do consumidor. As exigências dessa escola de pensamento estão pautadas em: 1) pautar para as ações dos indivíduos e não dos coletivos; 2) na economia, as escolhas dos indivíduos são subjetivas; 3) os preços são influenciados pelos consumidores; 4) já que o consumidor é soberano para influenciar preço e demanda, o Estado não teria nenhuma outra função senão atrapalhar a liberdade dos vendedores e compradores (MISES, 2017, p. 22)

Durante esse recorte temporal, as estratégias buscavam legitimar suas teorias como racional e pautadas em princípios econômicos. Sendo assim, qualquer conceito que estivesse de fora dessas classificações, ou que eles considerassem irracionais, eram completamente criticadas por meio de comentários agressivos e depreciativos.

De acordo com as notícias observadas, é dado o nome de socialismo para qualquer atuação e (ou) pensamento que representa uma intervenção estatal na economia. Sempre é tratado de forma negativa, e em sua maioria aparece para sustentar a defesa da política de livre mercado. Em uma notícia intitulada “Quão livre é o livre-mercado”, escrito por Jeffrey Tucker, o autor nega que, em 2008, o mundo vivia esse tipo de prática, mas sim uma forte intervenção estatal, na qual realiza uma forte crítica:

Quão draconiana é a intervenção é uma questão que varia de década para década, mas a realidade da tendência de longo prazo é inegável: mais impostos, mais regulamentações, mais burocracias, mais arregimentações, mais

propriedade estatal, e cada vez menos autonomia para a tomada de decisões privadas (TUCKER, 2008, [s/p.]).

Logo abaixo, é colocada uma pergunta em forma de ironia: “com um livre mercado assim, quem precisa de socialismo” (TUCKER, 2008, [s/p.])? O socialismo nesse caso foi invocado para definir um sistema que defenda a intervenção estatal na economia, sendo colocado em oposição ao livre mercado. Para legitimar, ele utiliza uma teoria que ele afirma ser de Friedrich Hayek:

A maior contribuição de F.A. Hayek para a teoria social foi mostrar que a ordem social - que se estende para a totalidade do mundo - é extremamente complicada para ser manuseada por agências, e, ao contrário, depende é do conhecimento descentralizado e das decisões de bilhões de participantes do mercado. Em outras palavras, ele deu nova credibilidade ao insight dos liberais clássicos de que a ordem social é auto-gerenciável e só pode ser distorcida por tentativas de construir um planejamento centralizado. Ironicamente, o planejamento leva ao caos social.

De acordo com Wendy Brown, o Hayek defende que somente o mercado e a moral seriam o fundamento da liberdade e do progresso da civilização. Hayek exclui o poder político dessa equação, dando total protagonismo ao econômico e às empresas privadas:

Para Hayek, o mercado e a moral, juntos, são o fundamento da liberdade [freedom], da ordem e do desenvolvimento da civilização. Ambos são organizados espontaneamente e transmitidos por meio da tradição e não pelo poder político. Os mercados só podem funcionar impedindo-se o Estado de neles se imiscuir ou intervir. A moral tradicional só pode funcionar quando se impede igualmente que o estado intervenha nesse domínio e quando a expansão daquilo que Hayek chama de “esfera pessoal protegida” confere à moralidade mais poder, amplitude e legitimidade do que as democracias sociais seculares racionais propiciam. Assim, mais que um projeto de ampliação da esfera da competição e valoração de mercado (“economicizando tudo”, como argumentei em Undoing the Demos), o neoliberalismo hayekiano é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação (BROWN, 2018, p. 23).

Ou seja, socialismo também é visto como centralização, indo contra uma economia livre. O termo nesse caso é visto apenas em seu viés econômico, e a crítica e definição tomada pelo grupo também aparece por meios econômicos. Dessa forma, é desconsiderado outros campos, como social, cultural e político. Em meio a isso, as teorias nazistas também foram aproximadas das socialistas:

Quais eram essas políticas econômicas? Ele suspendeu o padrão-ouro, criou uma enormidade de obras públicas, como as Autobahns, protegeu a indústria contra a concorrência externa, expandiu o crédito, instituiu programas que davam empregos públicos, ameaçou e intimidou o setor privado implantando controle de preços e decidindo o que deveria e o que não deveria ser produzido, expandiu vastamente o setor militar, reforçou o controle de capitais, instituiu o planejamento familiar, penalizou os fumantes, criou o sistema de saúde estatal e o seguro-desemprego, impôs padrões educacionais e, por fim, gerou

enormes déficits orçamentários. O programa intervencionista nazista era essencial à rejeição do regime pela economia de mercado e sua predileção pelo socialismo, que deveria ser amplamente adotado por todo o país (o fato de o partido nazista se chamar Partido Nacional Socialista mostra que, ao menos, eles eram francos em sua autodescrição) (ROCKWELL, 2009, [s/p.]).

Aqui novamente observamos o padrão: socialismo associada somente a políticas estatais, seja ela qual for, e sempre em um viés economicista. O texto também apresenta Mises como um crítico do nazismo ao associá-lo ao socialismo. No entanto, de acordo com André Guimarães Augusto, ao citar um trecho do livro “*Liberalism in the classical tradition*”, Mises acreditava na existência de uma afinidade entre o fascismo e o liberalismo: “não se pode negar que o fascismo e movimentos similares visando o estabelecimento de ditaduras são repletos das melhores intenções e que suas intervenções têm salvado a civilização europeia até agora” (AUGUSTO, 2014, p. 419).

O autor ressalva que Mises muda de opinião em 1947, ao lançar o livro “socialismo”. O contexto da citação anterior estava localizado antes da Guerra Fria, em 1927, o que influenciou seu posicionamento. Porém, a situação havia mudado. Era preciso igualar socialismo, fascismo e stalinismo por meio do totalitarismo. O nazismo e o fascismo não eram mais as ideologias a serem defendidas, mas criticadas e colocadas como “uma variante de um vago e mal definido socialismo” (AUGUSTO, 2014, p. 421). A defesa do fascismo e a crítica posterior tem um ponto em comum: combater o comunismo. De acordo com André Guimarães Augusto, o critério utilizado por Mises foi a conveniência: em um período, era conveniente defender o regime em 1927, o que deixou de ser necessário em 1947.

Dessa forma, podemos perceber que o site seleciona o que será divulgado de acordo com sua ideologia. Em nenhum momento foi observado um levantamento crítico sobre as ideias de Mises ou do livre mercado. Isso é parte da estratégia do site: como as teorias libertárias (assim como eles se denominam) são consideradas “ciência pura” e “racional”, as ideias de Mises e seus teóricos não podem ser questionados, descartando que seus posicionamentos não estão isentos de viés político.

Suas publicações deixam claro o que o site vê como antagonismo: em sua grande maioria, o socialismo. E esse antagonismo é visto em diversos momentos como um “campo de batalha”. Em um artigo intitulado “Mises contra Marx”, escrito por David Gordon, o autor trava um embate entre as teorias de Marx e de Mises. As teorias de Marx são apresentadas em um parágrafo, enquanto no seguinte aparecem as de Mises para, na palavra do autor, refutá-lo (GORDON, p. 2009, [s/p.]). Novamente pelo viés econômico e o intuito de defender o livre mercado.

Partindo de outra perspectiva, temos também outro termo utilizado: libertarianismo. Ao contrário do conceito anterior, este é utilizado como algo positivo, como observamos no texto “Por que ser um economista? Para ser feliz, ora essa”, escrito por Walter Block (2009, [s/p.]):

Houve até mesmo uma época em que pessoas como Mises e Hayek pensaram que essa filosofia política e econômica acabaria quando eles morressem. Graças aos esforços de grupos como o Mises Institute, essa já não é mais uma possibilidade plausível. No entanto, ainda somos apenas uma voz gritando em um imenso deserto. Não pode haver objetivo mais importante para homens de boa vontade do que fazer o que puderem para incitar e ajudar esse esforço. É claro que curar o câncer, intensificar a educação geral, aperfeiçoar os esportes, a música e o entretenimento, conquistar o espaço e as profundezas do mar azul etc., também são objetivos bons para se ter. Não é uma proposta de tudo ou nada. Mas a liberdade econômica e o libertarianismo, além de serem um fim em si, também são um meio necessário para se atingir esses outros objetivos (BLOCK, 2009, [s/p.]).

O que pode ser definido como libertarianismo? O termo é comumente associado ao anarquismo, no entanto, de acordo com Felipe Corrêa, o libertarianismo pode ser associado a um setor antiautoritário da esquerda, mas não necessariamente é associada ao anarquismo. Sendo assim, o anarquismo faz parte da esquerda libertária, mas não é ela em sua totalidade, como observamos no seguinte texto:

[...] não houve uma homogeneização nesse sentido; outros termos vêm funcionando historicamente como sinônimos de anarquismo: “socialismo libertário”, “comunismo libertário”, “socialismo antiautoritário”, “comunismo antiautoritário” entre outros. Entretanto, não se pode assumir que todos eles sejam sinônimos; se eles foram frequentemente reivindicados por anarquistas, em determinados casos extrapolam fronteiras e estendem-se a outros setores da esquerda socialista e revolucionária (CORRÊA, 2012, p. 48).

É perceptível nessa citação que o termo libertário sempre foi associado a políticas voltadas à esquerda. Então qual a interpretação que o Instituto Mises Brasil faz do libertarianismo? Ao observarmos os textos, o termo é sempre associado à “liberdade individual”, e foi criado, de acordo com o site, por Murray Rothbard. Nesse caso ocorre uma fusão entre a economia e uma “política individualista”:

Rothbard não foi um intelectual de "torre de marfim", do tipo que se trancava em seu mundo e se interessava apenas por controvérsias acadêmicas. Muito pelo contrário, ele combinou a economia austríaca com uma fervorosa defesa da liberdade individual. Ele desenvolveu uma síntese ímpar que combinou os pensamentos de americanos individualistas do século XIX, como Lysander Spooner e Benjamin Tucker<sup>6</sup>, com a economia austríaca. O resultado foi uma

---

<sup>6</sup> Esses dois autores são citados como defensores do *libertarianismo* dentro do viés de Direita. Eles são considerados como “anarquistas individualistas”, advogando principalmente contra o fim da propriedade estatal. Esses autores acabam se diferenciando do anarquismo clássico, pois ambos não teciam fortes críticas à propriedade privada, tanto que Lysander Spooner também foi um empresário.

nova filosofia política, e Rothbard dedicou sua notável energia intelectual, durante um período de quarenta e cinco anos, para desenvolver e promover seu estilo de libertarianismo. Ao fazer isso, ele se tornou um gigante do intelectualismo americano (GORDON, 2008, [s/p.]).

Diferente do conceito apropriado por grupos do espectro político da esquerda, o libertarianismo é entendido apenas como liberdade individual, ou seja, somos donos de nós mesmos (KINSELLA, 2008, [s/p.]). E aqui também encontramos o antagonista, o responsável por não permitir a realização dessa liberdade individual: o Estado. Eles também buscam combater a propriedade estatal assim como os libertários de esquerda, porém, não buscam o fim da propriedade privada. Ela seria, na concepção deles, o único caminho que eles consideram viável:

Todos os sistemas políticos seguem alguma regra de adjudicação para determinar quais devem ser os proprietários de certos recursos. O que torna o libertarianismo uma filosofia à parte é a sua regra única de atribuição de propriedade: a regra que especifica que indivíduos, não o estado, são os donos de seu próprio corpo e de sua propriedade (KINSELLA, 2008, [s/p.]).

Diante disso, podemos considerar que o termo libertarianismo tornou-se um campo reivindicado tanto por posicionamentos de direita e de esquerda. Quando o Instituto Mises Brasil cita a criação do termo, associa Murray Rothbard como seu criador. De acordo com um texto escrito por Lucas Mendes, ele também é citado também em autores como Lysander Spooner (1808-1887) e Benjamin Tucker (1854-1939). No entanto, se observarmos no campo da esquerda, o termo libertário é citado por Joseph Déjacque (1821-1865), Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), entre outros. O libertarianismo no contexto da esquerda é uma oposição tanto da propriedade privada quando do Estado, por considerarem ambos um sistema de dominação (CORRÊA, 2012, p. 255).

A discussão no Instituto Mises Brasil acerca do termo aparece sempre referenciando Rothbard e desconsiderando um debate aprofundado relacionado ao campo oposto. A estratégia foi a mesma utilizada quando se referiram ao socialismo, ou seja, deslegitimar seus antagonistas:

Ademais, ao detestarem e desprezarem o livre mercado, a economia baseada no mecanismo de lucros e prejuízos, a propriedade privada e a riqueza material - sendo que todas são corolários umas das outras -, os anarco-comunistas desastrosamente confundem anarquismo com a vivência em sociedades comunais - nas quais as pessoas vivem como tribos que compartilham tudo o que produzem - e com outros aspectos da emergente "subcultura juvenil", com sua apologia do rock e das drogas (ROTHBARD, 2009, [s/p.]).

Dessa forma, as interpretações praticadas tanto pelo termo socialismo quanto pelo termo libertarianismo teve como propósito colocar qualquer política estatal como negativa, partindo do pressuposto que somente uma política de livre mercado seria benéfica. Essa interpretação está associada ao posicionamento do Instituto Mises Brasil. Seu objetivo visa propagar notícias que difunda essa política, e o discurso se baseou apenas no viés econômico, desconsiderando qualquer teoria fora desse espectro.

O próprio socialismo foi representado apenas pelo viés economicista. Isso contribuiu para a criação de determinadas interpretações, além de igualar as teorias socialistas e nazistas/fascistas. No caso do libertarianismo, o revisionismo é criado quando você desconsidera o termo em seu sentido histórico, ou seja, que foi apropriado por anarquistas de diversas vertentes políticas. Para os autores do site, o termo representa apenas o conceito citado por Murray Rothbard: direito à liberdade individual e da propriedade privada.

### **Considerações finais**

As interpretações praticadas pelo Instituto Mises Brasil visavam exclusivamente a defesa da propriedade privada e do livre mercado. De acordo com a segunda teoria, o mercado seria a única instituição que poderia assegurar o desenvolvimento da sociedade. O papel do estado deveria ser reduzido, cabendo a ele somente o objetivo de garantir a ação do mercado, sem interferências. Qualquer ação de instabilidade observada no capitalismo é resultado, de acordo com essa visão, do excesso de governo. Eles negam que as grandes empresas tenham qualquer poder de mercado significativo, e o governo – seja ele qual for – torna-se o verdadeiro problema dentro do capitalismo.

No entanto, isso desconsidera a própria ação do Estado dentro do capitalismo. De acordo com Ha-Joon Chang (2013, [s/p.]), o Estado não seria uma completa contradição dentro desse sistema, já que ele fornece todos os suportes necessários para esse novo sistema global (CHANG, 2013, [s/p.]). Fortalecendo essa premissa, Chang afirma que não existe uma economia global totalmente livre. O livre mercado não passaria de uma definição política, pela impossibilidade de determinar o quanto ele é livre. O autor entende como uma falsa dicotomia a disputa entre o livre-mercado e Estado, pois o governo está sempre envolvido e esses adeptos do livre mercado estão tão politicamente motivados quanto qualquer pessoa (CHANG, 2013, [s/p.]).

Para Ellen Wood, a o mundo pós 1990 foi marcada pela retirada do Estado das suas funções de bem-estar social e melhoria social, o que criou a impressão de declínio do Estado. Entretanto, ele tornou-se essencial para esse novo modelo, longe de prezar a liberdade. O capitalismo separou os aspectos econômicos de outras formas de análise (social, política), dando ênfase maior para a primeira do que para as demais (WOOD, 2014, p. 107).

Por isso é importante ressaltar que, embora o Estado esteja mais presente na atualidade, o número de privatizações em setores importantes aumentou. É verdade que as participações dos gastos governamentais no PIB das principais economias capitalistas foram ampliadas nas últimas décadas e políticas protecionistas continuaram existindo - muitas vezes até se intensificando (PALUDETO, 2012, p. 23), mas também muitos mercados foram desregulados, setores dominados anteriormente por empresas públicas - como saúde e educação - foram privatizados de modo crescente. Essas questões colocadas acima fortalecem que alguns conceitos defendidos pelo Instituto Mises Brasil podem coexistir com uma forte participação do Estado.

Da mesma forma, essas questões não podem ser analisadas apenas pelo viés econômico. Jessé Souza alertou para o problema do economicismo, ou seja, aquilo que tenta reduzir as questões sociais, políticas e culturais à lógica econômica (SOUZA, 2018, p. 16). Na lógica do liberalismo economicista, de acordo com o autor, existe uma oposição entre o Mercado Financeiro (considerado justo e virtuoso) e o Estado (identificado como corrupto). Além de ser uma lógica equivocada, o autor argumenta que ela transformou o economicismo em uma linguagem hegemônica e compreendia por todos (SOUZA, 2018, p. 17). O reducionismo do liberalismo economicista levanta a falsa impressão de que os nossos problemas sociais podem ser resolvidos por meio de uma “gerência eficiente”, sendo que esta estaria pautada na administração econômica dos recursos. O social e o político só existem, de acordo com essa visão, se estiverem interligados com o econômico.

Outro autor que também critica essa lógica é David Harvey. Para o autor, a economia política era um campo muito mais aberto no século XIX do que na atualidade. Ele denuncia a ideia de construção das “ciências econômicas” como um corpo fechado e essencialmente racional - a verdadeira ciência - em que somente poucos teriam acesso, quais sejam, os agentes econômicos, empresariais e estatais. Essa visão consolidou a crença da “capacidade computacional de construir, dissecar e analisar enormes conjuntos

de dados sobre quase tudo” (HARVEY, 2018, [s/p.]), e algo só “existe” se puder ser condensado em dados e planilhas, caso contrário, torna-se irrelevante.

Embora a teoria Socialista tenha relação com o Estado, eles não são necessariamente sinônimos. O Estado não pode ser associado somente ao socialismo, visto que o próprio Capitalismo se desenvolve por apoio do Estado-Nação. Da mesma forma, o termo libertário não pode ser associado somente à liberdade individual e da propriedade privada em oposição à opressão do Estado. De acordo com Felipe Corrêa (2017, [s/p.]):

[...] quando eu coloco o anarquismo como um tipo libertário e revolucionário de, eu estou querendo dizer que ele se opõe radicalmente ao capitalismo, tudo que o capitalismo implica [...] e uma oposição frontal também ao Estado. [...] As pessoas foram deixando de definir o anarquismo dessa maneira, e passando a definir o anarquismo simplesmente como anti-estatismo. [...] Nesse caso, o sufixo contradiz o prefixo, como se fala em anarco-capitalismo, como se fosse um capitalismo sem Estado. E isso nós conhecemos muito mais de um século, e isso se chama liberalismo.

As interpretações praticadas pelo Instituto Mises Brasil visavam a defesa de uma política de livre mercado e do liberalismo em oposição à propriedade estatal. Além disso, o site tem como parceiro a Atlas Network, uma organização internacional que tem como objetivo treinar grupos para divulgar e propagar essas políticas, mostrando que as ações do Instituto Mises Brasil, embora localizados em domínio nacional, perpassam por um contexto e interesses internacionais.

---

#### STRATEGIES USED BY INSTITUTO MISES BRAZIL TO DEFEND PRIVATE OWNERSHIP AND THE FREE MARKET: INTERPRETATIONS OF SOCIALISM AND LIBERTARIANISM (2008-2009)

**Abstract:** Our article aims to present how the Instituto Mises Brazil has performed conceptual interpretations in order to defend the free market and private ownership. We use as examples two concepts: socialism and libertarianism. We will make a brief exposition of the work in the introduction, present some characteristics of Digital History and Immediate History and then explain how Instituto Mises Brazil's strategy of spreading ideas works, how this procedure shows a transnational performance, which partners are linked to Instituto Mises Brazil and the interpretations practiced about the two terms. As a conclusion, we observe that the concept of socialism has been associated with state policies and always from an economic point of view, disregarding other conceptions. In the case of libertarianism, it was interpreted as an ideology that preached the right to individual freedom and private property, rejecting the interpretation made by left-wing libertarian groups, such as anarchism. These interpretations were used to strengthen the ideology propagated by the Institute: defense of private ownership and free market.

**Keywords:** Socialism. Libertarianism. Private Ownership. Free Market.

---

---

**ESTRATEGIAS UTILIZADAS POR EL INSTITUTO MISES BRASIL PARA DEFENDER LA PROPIEDAD PRIVADA Y EL LIBRE-MERCADO: INTERPRETACIONES DEL SOCIALISMO Y EL LIBERTARISMO (2008-2009)**

**Resumen:** Nuestro artículo pretende presentar cómo el Instituto Mises Brasil ha realizado interpretaciones conceptuales para defender el libre mercado y la propiedad privada. Utilizamos como ejemplo dos conceptos: el socialismo y el libertarismo. Haremos una breve exposición del trabajo en la introducción, presentaremos algunas características de la Historia Digital y de la Historia Inmediata y luego explicaremos cómo funciona la estrategia de difusión de ideas del Instituto Mises Brasil, cómo este procedimiento muestra una actuación transnacional, qué socios están vinculados al Instituto Mises Brasil y las interpretaciones practicadas sobre los dos términos. En conclusión, observamos que el concepto de socialismo se ha asociado a las políticas estatales y siempre a través de un sesgo económico, despreciando otras concepciones. En el caso del libertarismo, se interpretó como una ideología que predicaba el derecho a la libertad individual y a la propiedad privada, rechazando la interpretación que hacían los grupos libertarios de izquierda, como el anarquismo. Estas interpretaciones se utilizaron para reforzar la ideología propagada por el Instituto: la defensa de la propiedad privada y el libre mercado.

**Palabras-clave:** Socialismo. Libertarianismo. Propiedad privada. Libre Mercado.

---

## Referências

ALEXANDRE, Thiago de Andrade Romeu. **O Instituto Millenium e os Intelectuais da “Nova Direita” no Brasil**. 2017. 114f. Dissertação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

AUGUSTO, André Guimarães. **O que está em jogo no “Mais Mises, menos Marx”**. Marx e o Marxismo. Niterói v.2, n.3, p. 418-425, ago./dez 2014.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O Historiador e as Fontes digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas. **AEDOS**, v. 3, n. 8, p. 09-30, 2011.

ARAUJO, George Zeidan. Ler, pesquisar e escrever história em tempos de internet: desafios e possibilidades. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 151 - 164, mai./ago. 2014.

ATLAS. **Atlas Network**. COPYRIGHT © 2020 ATLAS NETWORK. Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BAGGIO, Kátia Gerab. Conexões ultraliberais nas américas: o think tank norte americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. In: XII ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 12, 2016, Campo Grande. **Anais do XII encontro internacional da ANPHLAC**, Campo Grande, 2016, p. 01-26

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 3ª edição. São Paulo: UNESP, 2001.

BLOCK, Walter. **Para que ser um economista? Para ser feliz, ora essa!** 2009. Disponível em: <https://mises.org.br/Article.aspx?id=19>. Acesso em: 07 set. 2018.

CHANG, Han-Joon. **23 coisas que não contaram sobre o capitalismo**. Tradução: Paula Gerpe Duarte. 1ª ed. São Paulo: Cultrix, 2013. [*Kindle*].

CHAUVEAU, Agnès; Philippe Tétart. **Questões para a história do tempo presente**. Tradução: Ilka Stern Cohen. 1ª edição. São Paulo: Bauru, 1999. P. 25.

CORRÊA, Felipe. **Introdução ao pensamento anarquista**. Entrevista concedida ao canal de Youtube TV Praxis. [s/l.], 2017.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica**. 2012. 275f. Dissertação em Ciências. Universidade de São Paulo, São Paulo.

DAL PAL, Raphael Almeida. **Instituto Ludwig von Mises Brasil: os arautos do anarcocapitalismo**. 2017. 226 f. Dissertação em História, poder e práticas sociais. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

\_\_\_\_\_. Instituto Ludwig von Mises Brasil: formas de ação e rede extrapartidária. **Revista História & Luta de Classes**, v. 26 p. 61-73, mai., 2018.

FANG, Lee. **Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana**. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>. Acesso em 13 mar. 2021.

FORO. **Foro de São Paulo**. © Foro de São Paulo 2020 – Todos os direitos reservados. Desenvolvido por: Mhais Comunicação Disponível em: [http://forodesaopaulo.org/declaraciones\\_finales/page/3/](http://forodesaopaulo.org/declaraciones_finales/page/3/). Acesso em: 04 out. 2018.

GORDON, David. **Mises contra Marx**. 2009. Disponível em: <https://mises.org.br/Article.aspx?id=254>. Acesso em: 07 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Murray Rothbard**. 2008. Disponível em: <https://mises.org.br/Article.aspx?id=37>. Acesso em: 07 set. 2018.

HARVEY, David. **Loucura da razão econômica: Marx e o capital no Século XXI**. Tradução: Atur Renzo. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2018. [*Kindle*].

KINSELLA, Stephan. **Como nos tornamos donos de nós mesmo**. 2008. Disponível em: <https://mises.org.br/Article.aspx?id=136>. Acesso em: 07 set. 2018.

LOWE, David. **History**. NED - National Endowment for Democracy. 1201 PENNSYLVANIA AVE, NW, SUITE 1100, WASHINGTON, DC 20004, [s/d.]. Disponível em: <https://www.ned.org/about/history/>. Acesso em 13 mar. 2021.

MARCÍLIO, Daniel. O historiador e o jornalista. **AEDOS**, v. 5, n. 12, p. 42-63, 2013.

MELO, Felipe Reis. Mídia como instrumento de controle social. **UNÍrevista (UNISINOS. Online)**, v. 1, p.1-9

MENDES, Lucas. **Desregulamentação do mercado de trabalho**: a liberdade garante a ética e a qualidade (Concurso IMB). 2009. Disponível em: <https://mises.org.br/Article.aspx?id=340>. Acesso em: 07 set. 2018.

MISES, Ludwig von. **O contexto histórico da Escola Austríaca**. Tradução: Isabel Regina Rocha de Souza. 1ª ed. São Paulo: LVM, 2017.

MORAES, Thiago Aguiar de. Os think tanks brasileiros em perspectiva: características gerais, apontamentos conceituais e possibilidades de pesquisa. In: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27, 2013, Natal. **Anais do XXVII simpósio nacional da ANPUH**, Natal, 2013, p. 01-13

MÜLLER, Angélica. “A história com arma”: a memória histórica como objeto da resistência estudantil contra a ditadura militar no final dos anos 1970. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neses; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). **História do tempo presente**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 83.

PALLUDETO, Alex Wilhams Antonio. **Crise e capitalismo contemporâneo**: uma revisão das interpretações marxistas da grande recessão (2007-2009). 2012. 85f. Dissertação em Ciências Econômicas. - Universidade Estadual de Campinas, Campinas

ROCKWELL, Lew. **Hitler era Keynesiano**. 2009. Disponível em: <https://mises.org.br/Article.aspx?id=236>. Acesso em: 07 set. 2018.

ROCKWELL, Lew. **Os primeiros e os próximos 25 anos**. 2008. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=71#Parte2>. Acesso em: 07 set. 2018.

ROTHBARD, Murray. **A propriedade privada e o desejo de morte do anarco-comunismo**. 2009. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=416>. Acesso em: 07 set. 2018.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**. 3ª edição. São Paulo: Contracorrente, 2018.

TAVARES, Rui. **Esquerda e Direita**: guia histórico para o século XXI. Rio de Janeiro: Tinta da China, 2016

TUCKER, Jeffrey. **Quão livre é o livre-mercado**. 2008. Disponível em: <https://mises.org.br/Article.aspx?id=26>. Acesso em 07 set. 2018.

TV Praxis. **Introdução ao pensamento anarquista**. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EGxYLLJy5jSM>. Acesso em: 04 out. 2018.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. Tradução: Paulo Cesar Catanheira. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2014.

---

SOBRE O AUTOR

**Juan Filipi Garcês** é doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

---

Recebido em 31/03/2021

Aceito em 18/05/2021